

## APRESENTAÇÃO

A *Fronteiras: Revista de História* tem o prazer de apresentar a primeira parte do dossiê sobre *Territórios e Fronteiras do Ensino de História*. O presente dossiê é um convite a reflexão sobre os territórios do ensino de História no mundo contemporâneo, agregando estudiosos de diferentes partes do país e instituições de ensino.

Currículos, formação de professores, livros didáticos, patrimônio cultural, direitos humanos, diversidade étnico-racial são temas que marcam as reflexões acerca dos lugares do ensino da história entre diferentes territorialidades e limites (sempre em expansão e híbridos).

Em razão da diversidade que constitui o campo e das demandas recebidas para a publicação, a partir da chamada pública lançada em meados de 2015, a temática será contemplada no próximo número da revista, o que evidencia a relevância do tema do Ensino de História para a formação e prática dos historiadores e professores.

Abrindo esse número, o artigo *Ensino de História numa perspectiva dos direitos humanos: métodos e abordagens possíveis no ambiente escolar*, de Douglas Orestes Franzen, discorre sobre a relação entre escola e direitos humanos a partir do ensino de História, um assunto muito atual para o debate sobre currículos. Nesse sentido, a disciplina de História tem muito a colaborar e, principalmente, a problematizar, pois que a noção de direitos humanos está inserida numa conjectura de problematizações e contextos que ressaltam uma noção de cidadania e consciência histórica.

Em *O livro didático de História e questão da identidade nacional brasileira ao longo do período republicano: a fronteira entre rupturas e continuidade*, Gilmara Yoshihara Franco e Carlos Alexandre Barros Trubiliano elegem a produção didática em História para abordar as tramas da identidade nacional brasileira e investigam como esta ferramenta pedagógica pode ser observada como espaço de disputas por representação entre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

No artigo *Currículo, material didático e avaliação: um estranho triângulo no ensino de História do Estado de São Paulo*, Vitória Azevedo Fonseca, a partir da comparação dos materiais oficiais que orientam a atuação dos professores de História na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (*Currículo de São Paulo, São Paulo Faz Escola e Matriz de Referência do SARESP*), apresenta análise do uso do termo “habilidades” e as propostas para sua aplicação prática indicando as suas inconsistências e impossibilidades no contexto do ensino de História.

No ensaio *Memória e patrimônio na aula de História: o uso do monumento histórico-cultural na aprendizagem histórica*, Jaqueline Zarbato e Caio Vinicius dos Santos analisam os usos do patrimônio cultural na história ensinada, a partir de atividade realizada na prática de ensino de história, cujo objetivo era refletir sobre a representação cultural de determinado monumento histórico em consonância com a observação, participação e preservação, bem como com a interpretação por parte dos sujeitos que estudam história.

Osvaldo Mariotto Cerezer e Selva Guimarães, em *Formação de professores de História e ensino de história afro-brasileira e indígena*, apresentam um estudo sobre a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 e as respectivas Diretrizes curriculares nos cursos de Licenciatura em História de três universidades públicas do Estado de Mato Grosso, destacando os impactos na formação inicial de professores e no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas da educação básica.

O artigo *A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: reflexões no plano legislativo e as contribuições do ensino de História para a formação da consciência histórica dos alunos*, de autoria de Wilian Bonete Junior, faz uma abordagem, em perspectiva histórica, acerca das concepções conferidas no Brasil à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Resolução CNE/CEB 01/2000 e do Parecer 11/2000 e estabelece um diálogo com as questões da consciência histórica.

A partir da temática concernente a formação de professores no Brasil contemporâneo, Ana Paula Squinelo discute a configuração das Licenciaturas em História e suas possíveis implicações na formação docente, situando a implantação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como política governamental dentro desse princípio. O artigo *A formação de professores no âmbito do subprojeto Pibid/História/UFMT/CPAQ: trajetórias, vivências e expectativas* apresenta também as experiências compartilhadas com um grupo de pibidianos que ingressaram no subprojeto da área de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana.

*Do Cafezinho à Feijoada: Práticas pedagógicas para promoção da Igualdade Racial na Escola Edna May Cardoso – Santa Maria/RS* é uma reflexão sobre o resultado de pesquisas bibliográficas, documentais e orais desenvolvidas durante os anos de 2012 e 2013. Nesse artigo, Gilvan Silveira Moraes e Júlio Ricardo Quevedo Santos buscam analisar, discutir e retomar o processo de implementação da Lei n. 10.639/3 e da criação da “Semana da Consciência Negra” em uma escola na cidade de Santa Maria/RS, a partir das práticas

pedagógicas que as educadoras e os educadores presentes na instituição se utilizaram para a consolidação e aplicação da referida lei.

No artigo *Ensino de História regional em Mato Grosso do Sul: limites e possibilidades no uso do livro didático para o Ensino Fundamental*, Jackson James Debona analisa livros didáticos que entraram no Mato Grosso do Sul no período do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2011, para o ensino de História, no esforço de compreender questões relacionadas à inserção dos aspectos regionais no âmbito dos conteúdos a serem ministrados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Fechando o dossiê, temos o artigo *O lugar de formação de professores de História: breves notas sobre Eunápolis, campus XVIII da UNEB*, de autoria de Célia Santana Silva. Nesse ensaio, a autora apresenta e analisa a formação docente em História estabelecendo relações entre o contexto nacional e o Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente no campus XVIII em Eunápolis. Para tanto, faz uso das leituras e análises do projeto de reconhecimento do Curso, das diretrizes curriculares nacionais e de bibliografia de referência.

Na seção de artigos livros temos a contribuições de três estudos: Thomas Højemo, no texto *A leveza de andar, o desenvolvimento de políticas urbanas voltadas para os pedestres em Copenhague, Dinamarca (1960-2015)*, aborda a transformação do centro da cidade de Copenhague, na Dinamarca, ocorrida com a implantação gradual de calçadas entre os anos 1960 até os dias atuais; Ricardo Oliveira da Silva, em *A historiografia alemã no século XIX*, apresenta o desenvolvimento da reflexão epistemológica sobre o conhecimento histórico na historiografia alemã do século XIX, destacando que não houve uma abordagem monolítica em termos teóricos e metodológicos por parte dos historiadores alemães no momento em que se pensava a constituição da História como área do conhecimento; Natália Araújo de Oliveira, no artigo *“Conquistando o Oeste”: Amazônia Legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT*, discute as políticas de colonização empreendidas para a região mato-grossense da Amazônia Legal brasileira, debatendo o ideário de integração nacional que perpassou essas e apresentando os atores desse processo na cidade de Nova Xavantina.

Esse número da Revista fecha com a resenha, de autoria de Valdeci Silva Cunha, da coletânea *Ángel Rama: um transculturador do futuro*, organizada por Joana Rodrigues e Flávio Aguiar e publicada em 2013 pela Editora da UFMT.

No mais, desejamos a tod@s uma excelente leitura!

Mairon Escorsi Valério; Renilson Rosa Ribeiro; Adriana Aparecida Pinto (organizadores do dossiê).